

## **Memorial da Resistência de São Paulo: uma experiência coletiva**

Kátia Felipini Neves<sup>1</sup>

No presente ensaio, elaborado no âmbito da apresentação do V Seminário Internacional Políticas de la Memoria “Arte y Memoria. Miradas sobre el pasado reciente”, pretendemos refletir sobre questões que consideramos fundamentais para a criação de instituições museológicas, especialmente em lugares de memória que testemunharam ações de violações aos direitos humanos: os contextos em que são criadas; a importância do Projeto e Plano Museológicos; os conceitos e métodos relativos à implantação, à curadoria compartilhada e às opções dos recursos expográficos. Pretendemos analisar, ainda, o processo que vem se desenvolvendo desde a implantação do Memorial da Resistência de São Paulo e os caminhos que tem trilhado com vistas à sua consolidação como instituição comprometida com a preservação das memórias políticas voltadas ao debate contemporâneo.

Esperamos, com esta reflexão, evidenciar que o processo museológico possibilita que as instituições museológicas sejam agentes de transformação social.

Os museus são, portanto, instituições do seu tempo, visíveis aos seus contemporâneos e sempre servindo a causas de sua época. (Bruno, 2010, p.31)

Se considerarmos que os museus servem a causas do seu tempo, devemos refletiremos, então, sobre os contextos em que são criadas instituições museológicas que têm na base as questões relacionadas às violações dos direitos humanos, uma vez que é possível identificar que possuem características muito específicas, da origem ao desenvolvimento. Se nos projetos museológicos das instituições de uma maneira geral (qualquer que seja a tipologia<sup>2</sup>) vislumbramos o comprometimento com a transformação social, naqueles voltados à defesa dos direitos humanos é levado às últimas consequências. Não há espaço ou lugar para dúvidas: somos, sim, capazes de cometer as mais cruéis atrocidades, mas, seres humanos que somos, também de resistir e de acreditar que lutando podemos colaborar para que as barbaridades não se repitam. E essas instituições são imprescindíveis.

---

<sup>1</sup> Bacharel, especialista e mestre em Museologia. Coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo.

<sup>2</sup> Museus de arte, de história, de ciências etc.

A criação dos primeiros museus e memoriais voltados às questões das arbitrariedades praticadas contra os direitos humanos teve início logo após a Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup>, como reflexos especialmente do Holocausto e, na sequência, pela necessidade de discutir os problemas sociopolíticos do seu tempo. Alguns são implantados nos próprios lugares de memória onde os fatos ocorreram, como, por exemplo, o Museu Memorial de Terezín<sup>4</sup> (República Tcheca), no local que serviu de prisão, gueto judío e estação de trânsito dos judeus até os campos de extermínio da Gestapo, e a Casa de Anne Frank (Holanda); em fortificações e presídios, como os museus que compõem a rede do Museu da Resistência Nacional na França (em várias cidades do país) e as prisões da Alemanha, como o Memorial Bautzen (Bautzen) e o Memorial Berlin-Hoenschönhausen (Berlim); em edifícios públicos e clandestinos, utilizados para detenção, tortura e desaparecimento, bastante comuns na América Latina, como é o caso da Corporación Parque por la Paz Villa Grimaldi (Santiago, Ch), o Memorial da Resistência de São Paulo (São Paulo, Br), o Archivo Provincial de la Memoria (Cordoba, Ar), dentre muitos outros nos diversos países. Mas também há os sediados em edifícios adaptados ou em espaços construídos para essa finalidade, como o Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos (Santiago, Ch), o Parque de la Memoria (Buenos Aires, Ar) e o Lugar de la Memoria (Lima, Peru), somente para citar alguns deles.

Esses museus e memoriais, criados em praticamente todos os continentes, estando ou não sediados em lugares de memória, possuem características próprias e participam dos mesmos dilemas sobre o que preservar (ou privilegiar) e do que prescindir, mas não no sentido deliberado do esquecimento, pois têm objetivos comuns: conscientizar para o respeito à diferença, ao exercício da cidadania, ao aprimoramento da democracia e à defesa dos direitos fundamentais do ser humano. Talvez como em nenhum outro, nesses lugares homem e objeto são indissociáveis. É o cidadão, o ser ético e político, aquele que tem poder sobre sua vida e a de outros homens, o objeto em questão.

---

<sup>3</sup> E, nesse sentido, no bojo da proliferação de museus, mas, também, da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada em 10 de dezembro de 1948), redigida sob o impacto das atrocidades praticadas durante a Guerra, e cuja primeira reunião para sua redação ocorreu em 1947.

<sup>4</sup> Sediado na pequena Fortaleza de Terezín e no Grande Forte de Terezín, foi criado inicialmente como Memorial da Dor, em 1947.

A criação das instituições latinoamericanas teve início no final dos anos 1990 e o número tem crescido visivelmente no século XXI. Tendo na base os contextos e demandas da Justiça de Transição<sup>5</sup>, tratam principalmente das arbitrariedades dos regimes autoritários implantados ao longo da segunda metade do século XX, definidos como Terrorismo de Estado<sup>6</sup>. De modo geral suas narrativas estão ancoradas nos acontecimentos do passado recente e, por isso, as memórias dos atores sociais adquirem fundamental importância; e nesse mesmo sentido, quando sediadas nos próprios lugares de memória, a força do lugar (enquanto documento), potencializa seu poder de comunicação, que pode se realizar por meio da musealização. Por isso, são construídos de forma participativa e multidisciplinar, em que se consideram no mesmo grau (ao menos em muitos casos) de importância os especialistas e os atores sociais para o desenvolvimento do processo.

Dizemos ‘potencializa’, e não que comunica; é um equívoco pensar que o lugar de memória<sup>7</sup>, por si só, tenha capacidade de comunicar, como muitos apregoam. Mesmo considerando sua força intrínseca, é necessário que se estabeleça relações dialógicas para que gerem conhecimento e estimulem e impulsionem ações transformadoras<sup>8</sup>, e o caminho possível é por meio da musealização. Musealizar, ao contrário do que muitos erroneamente acreditam, não quer dizer engessar, tornar estático, sem vida; é justamente o inverso. Musealizar quer dizer pesquisar, documentar, conservar; expor e realizar ações educativas e culturais; e também planejar, avaliar e monitorar; quer dizer tornar acessível a um maior número de pessoas, de forma qualificada, a curto, médio e longo prazo. Musealizar é processo dinâmico e contínuo. Sem esses procedimentos, o lugar de memória terá algum sentido apenas para aquele grupo que o vivenciou ou que tenha tido prévia informação antes de visitá-lo.

---

<sup>5</sup> A Justiça de Transição está relacionada aos contextos políticos e, por isso, tanto pode ser implantada nos períodos pós-conflitos (transição das ditaduras) como é passível de ser rediscutida em momento posterior quando, por distintas razões, os acordos e decisões são revistos. Ela dialoga com quatro grandes dimensões políticas: promoção da reparação às vítimas; fornecimento da verdade e construção da memória; regularização das funções da justiça e restabelecimento da igualdade perante a lei; e a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos<sup>5</sup>. (Pires Jr e Torelli, 2010, p.108)

<sup>6</sup> O Terrorismo de Estado se caracteriza como um regime autoritário e que dissemina o terror no conjunto da sociedade; é institucionalizado, uma vez que utilizada as estruturas estatais para a repressão massiva, desaparecimento e morte.

<sup>7</sup> E como sublinhou Enders (2003, p.2), Pierre Nora percebeu o desvio do sentido da expressão “por servir para dizer tudo e no fundo não dizer nada”.

<sup>8</sup> Facilitada por meio do estímulo à consciência crítica.

De acordo com o conceito, musealizar significa aplicar procedimentos técnicos e científicos da cadeia operatória museológica – pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativa e ação cultural) patrimoniais, pois “é através da musealização de objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos, que o Museu permite ao Homem a leitura do Mundo” (Guarnieri, 1990, p.204, v.1). Ainda segundo a autora, a musealização se preocupa com a informação trazida pelo objeto em termos de documentalidade (cuja raiz significa ensinar), testemunhalidade (pois testemunhou algo) e fidedignidade (no sentido de veracidade). É a musealização que confere aos lugares de memória espaços de transformação social, uma vez que a informação pressupõe conhecimento, registro e memória.

Entende-se que os procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação possibilitam, consolidam e perpetuam a transformação dos bens patrimoniais em herança cultural. Considera-se que esses caminhos são constituídos pelos indicadores da memória (referências patrimoniais) e, como tais, exigem um tratamento para a sua organização e manutenção. Da mesma forma, esses indicadores selecionados, tratados e reunidos, permitem o despertar de lembranças, a partir dos processos comunicacionais. (Bruno, 2000, p.19)

Desde muitas décadas, os museus têm atuado de forma dinâmica no que diz respeito à salvaguarda e comunicação patrimoniais e, indubitavelmente, cada vez mais reconhecidos como indispensáveis para a formação ética, estética e política dos cidadãos. E embora ainda convivamos com os modelos tradicionalmente conhecidos, desde meados do século XX temos presenciado experiências museais de toda ordem, advindas do reconhecido potencial educativo e de sua função social.

Vale salientar que boa parte dessas mudanças foi ensejada em encontros de profissionais multidisciplinares em reuniões internacionais<sup>9</sup>, dos quais destacaremos a Mesa-redonda realizada em Santiago, no Chile, em 1972, que propõe de modo inovador que o museu deve estar voltado de uma forma dinâmica para os problemas contemporâneos da sociedade. Dentre as resoluções adotadas nessa reunião, uma das mais significativas é

que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que permitem participar da formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades

---

<sup>9</sup> A de Santiago do Chile, em 1972, cujo documento introduz a noção de museu integral e reafirma a função socioeducativa do museu; a de Quebec, em 1984, que cria o Movimento Internacional da Nova Museologia; e a de Caracas, em 1992, que destaca o museu como canal de comunicação, reafirmando seu papel social e o estímulo à reflexão crítica (Neves, 2003).

na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.” (Varine-Bohan, 2010, p.44)

Em sua análise sobre a Mesa de Santiago, Varine considera que, mesmo esse documento tendo envelhecido, é possível “reencontrar seu sentido verdadeiramente inovador, senão revolucionário” (Varine-Bohan, 2010, p.40)<sup>10</sup> nas noções de museu integral, uma vez que leva em conta os problemas da sociedade na sua totalidade, e a do museu enquanto ação, enquanto instrumento dinâmico de mudança social. Segundo ele, embora pouco tenha mudado e muitos museus tenham permanecido no século XIX, para além da formação de museólogos e da criação de museus por iniciativas comunitárias, “A noção de museu como instrumento de desenvolvimento<sup>11</sup>, desconhecida antes de 1972, é agora largamente formulada e admitida. O mesmo ocorre com a noção de *função social* do museu. E também com a *responsabilidade política* do museólogo” (Varine-Bohan, 2010, p.42)<sup>12</sup>, ressaltando, desta forma, o poder de intervenção social do museu. Assim, “(...) a função social do museu concretiza-se no diálogo com os diferentes grupos e categorias sociais, tendo por base a realidade mediatizada por percepções, representações, normas sociais e valores culturais” (Bruno, 2000). A tarefa do museu contemporâneo é a de estimular uma consciência crítica capaz de facilitar a ação transformadora do homem (Guarnieri, 1983/1985)<sup>13</sup>.

No entanto, mais que um trabalho tecnicista, é fundamental uma abordagem Sociomuseológica. E um dos seus princípios é a interdisciplinaridade, pelo fato de serem ações que dependem de domínios científicos de diferentes especialidades (Guarnieri, s/d) e contribuem para a compreensão do processo museológico contemporâneo (Moutinho, 2007), pois ajudam a entender as razões psico-sociais das eleições das referências patrimoniais, e as diferentes ligações que os indivíduos e os grupos estabelecem com seus bens patrimoniais (Bruno, 2001, p.15).

---

<sup>10</sup> Varine-Bohan, Hugues de (1995). A respeito da mesa-redonda de Santiago do Chile (1972). In Bruno, M. C. O. (Org.). *O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Vol.2.

<sup>11</sup> Vale salientar que, mesmo passados mais de 15 anos dessa análise de Varine, essa questão continua atual: é possível que o tema do encontro mundial do Icom de 2013 seja o desenvolvimento sustentável.

<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Guarnieri, W.R.C. (1987), *A difusão do patrimônio: novas experiências em museus, programas educativos e promoção cultural*. In BRUNO, M. C. O. (Org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Vol.1, p.164-175.

No Brasil, Waldisa Rússio já avaliava, em 1977, que como herança colonial os museus carregavam “excessivo apego à departamentalização apenas das exposições, de acordo com categorias museológicas, sem um correspondente apoio nas atividades educacionais e culturais e na infraestrutura administrativa... recursos financeiros pouco numerosos ou pouco flexíveis... recursos humanos sem formação adequada.” Era esse conjunto de fatores que configuraria um quadro da “falta de imaginação museológica”, mas que a noção de museu-processo permitiria “a construção de uma política museológica calcada na realidade nacional e nas várias realidades regionais, para que os museus possam se viabilizar como preservadores da memória e inspiradores de mudança” (Araujo, 2010, p.112-113).

Assim, estamos convencidos que são os processos museológicos que colaboram para que os lugares tenham uma função social. O museu se constrói por uma sucessão de etapas, de eventos, de momentos, de progressos e de recuos. Por isso, é necessário construí-lo de tal forma que não somente os impactos sejam previstos e minimizados, mas que a instituição possa se desenvolver e evoluir a despeito de quaisquer conjunturas políticas, econômicas e sociais. E isto tanto é mais válido e relevante se considerarmos que ainda não contamos com políticas públicas voltadas ao tema em questão.

A nosso ver, o passo inicial para a implantação ou revitalização da instituição deve ser a elaboração do Projeto Museológico<sup>14</sup> (programa científico e estrutural), concebido por meio da programação, viabilizado pelos diversos programas e executados pelos vários projetos decorrentes dos programas (Neves, 2003, p.40). É a primeira e profunda reflexão que justificará a existência do museu.

Em seguida, deve-se ser elaborado o Plano Museológico (ou plano diretor)<sup>15</sup>, um documento de gestão fundamental, que permite conduzir a instituição de forma mais eficiente e eficaz, e “Estabelecer uma visão clara a respeito de para onde se dirige o museu e como chegar até lá” (Davies, 2001, p.15). Para isso, é importante realizar um

---

<sup>14</sup> Este assunto foi amplamente discutido na monografia final do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – CEMMAE/USP, intitulada “Programas Museológico e Museologia Aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso” (2002) e posteriormente publicada nos Cadernos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, nº. 21, em 2003. No trabalho, também discutimos exaustivamente os conceitos e definições utilizados por diferentes autores para projeto museológico, programação, programas e projetos.

<sup>15</sup> Também conhecido denominado plano de negócios, plano estratégico, plano de desenvolvimento etc. (Davies, 2006, p.21)

diagnóstico, de forma que permita estabelecer as metas e estratégicas para atingir os objetivos. Um bom plano permitirá desenvolver um raciocínio estratégico e passível de monitorar se os objetivos estão sendo alcançados, por isso deve estabelecer metas estratégicas, mas que para serem exequíveis necessariamente têm que ser poucas, específicas e realistas.

A esta fase denominamos planejamento estratégico, e “A primeira etapa na definição da estratégia é examinar as metas estratégicas acordadas e os fatores críticos para o sucesso que foram identificados, produzindo algumas propostas sobre como proceder para atingi-las ou lidar com elas” (Davies, 2001, p.45) e selecionar as mais importantes. A partir daí, deve-se formular os objetivos, que necessariamente têm que ser mensuráveis, dentro de um prazo determinado para que seja possível monitorar.

É possível verificar que essas iniciativas – museus, memoriais ou ‘sítios de memória’ – em diversos países da América Latina, tem em comum a preocupação no desenvolvimento de programas museológicos, que visam à solidez dessas instituições. E acreditamos que muitas experiências não têm sucesso tanto porque a preservação é entendida de maneira isolada ou como restauração do edifício e, quando muito com uma exposição de longa duração (ou mesmo temporária). Mas um museu não se restringe a uma exposição: esta deve ser vista “como um produto visível do processo de musealização”<sup>16</sup> (Bruno, 1996), ou apenas como um dispositivo comunicacional; o museu, com sua função social, está comprometido com a produção do saber, a preservação dos objetos e a comunicação com o visitante (Davallon, p.45). Por isso, devemos agir sob uma perspectiva processual.

As reflexões acima enunciadas são embasadas em nossas experiências junto ao Memorial da Resistência desde o início da implantação, nas pesquisas sobre o histórico da instituição e de outras congêneres da América Latina. Assim, procuraremos exemplificar parte delas por meio do nosso estudos de caso, a seguir.

O Memorial da Resistência, um lugar de memória por excelência por ter sido a sede de uma das polícias políticas mais truculentas do Brasil republicano, nasceu da vontade política do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado

---

<sup>16</sup> Texto em que apresenta a exposição de longa duração “Formas de Humanidade” do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP, inaugurada no dia 12 de dezembro de 1995, em conferência realizada no MAE/USP, no dia 11 de abril de 1996.

da Cultura, da reivindicação de cidadãos, especialmente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e do trabalho de profissionais de diferentes disciplinas e especialidades, como museologia, história, arquitetura, educação, comunicação visual e audiovisual, coordenados pela Pinacoteca do Estado de São Paulo. Essa conjunção propícia de fatores e o comprometimento com as potencialidades educativas e culturais inerentes ao espaço possibilitaram o delineamento do programa e do processo museológico que vem se desenvolvendo desde então.

O Memorial é uma instituição que se dedica à preservação das memórias da resistência e da repressão políticas do período republicano do Brasil (1889 à atualidade), por meio de 6 linhas de ação programáticas: Exposição, Ação Educativa, Ação Cultural, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos e Centro de Referência. Ocupa parte do edifício que foi sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP<sup>17</sup>. Construído em 1914 para abrigar os escritórios e armazéns da Estrada de Ferro Sorocabana (permanecendo até o final dos anos 1930), o prédio tem uma longa trajetória de ocupações: de 1940 a 1983, sediou o Deops/SP; até 1997 foi ocupado pela Delegacia de Defesa do Consumidor. Em 2002, o edifício foi reformado para abrigar o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro (projeto não implantado) e, no espaço da carceragem, o Memorial da Liberdade, gerenciado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo até fins de 2006, quando a administração passa à Pinacoteca do Estado, que havia instalado no edifício a Estação Pinacoteca<sup>18</sup> desde 2004. Nesse sentido, é uma instituição singular no cenário museológico brasileiro, especialmente em

---

<sup>17</sup> O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, uma das polícias políticas mais truculentas do Brasil, foi estabelecido no estado de São Paulo em dezembro de 1924, em virtude de movimentações políticas de setores da população em reação ao governo. Isso levou as classes dirigentes a criar um aparato administrativo de vigilância, controle e repressão dos cidadãos em diversos estados brasileiros. A coordenação em nível federal, sediada no Rio de Janeiro, cabia ao Departamento de Ordem Política e Social – Dops. Embora tenha atuado de forma exacerbada nos períodos autoritários (Ditadura Vargas, 1937-1945 e Ditadura Militar, 1964-1985), funcionou com todo o aparato mesmo durante os períodos democráticos. No entanto, foi durante esse último regime que intensificou as atividades de repressão, tais como prisões ilegais, invasão de domicílio, censura postal, sequestros, torturas, desaparecimento e mortes. O Deops/SP atuou junto a outros órgãos de Segurança Nacional, também articulados a organismos internacionais. Antes de ocupar este prédio, teve como sede três outros endereços, todos no centro da cidade de São Paulo.

<sup>18</sup> O prédio foi cedido à Pinacoteca do Estado também como forma de revitalizar o espaço, uma vez que o projeto do Museu do Imaginário não fora implantado. Além das áreas de serviços, parte do térreo é ocupada por um café e restaurante, sala para atividades educativas, espaço para exposições temporárias do Memorial da Resistência e uma sala utilizada para montagem de exposição da Estação; no primeiro andar, a Biblioteca Valter Wey, especializada em arte (e desde 2010 tem um pequeno acervo do Memorial), o Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado, uma reserva técnica, administração do prédio e do Memorial; no segundo andar, a Fundação Nemirovsky, uma coleção de arte em comodato com a Pinacoteca; no terceiro e no quarto andar são realizadas exposições temporárias da Pinacoteca; no quinto andar, um auditório com capacidade para 161 pessoas e uma sala de reunião.

dois aspectos: o primeiro, pelo fato de ser a única instituição que se dedica à preservação das memórias políticas, dando voz à resistência, e sediada em um lugar de memória por excelência; segundo, por dividir o espaço com um museu de arte. Ou seja, em um mesmo edifício, tratamos de expressões culturais que dignificam os grupos sociais e, ao mesmo tempo, evidenciamos as atrocidades que esta mesma sociedade é capaz de cometer.

O Memorial da Resistência é resultado de um contexto político favorável<sup>19</sup> e dessa conjunção de elementos que acreditamos ser fundamental para a criação de instituições museológicas: da reivindicação dos atores sociais, da vontade política e da intervenção museológica.

No que diz respeito ao primeiro elemento, é importante sublinhar o enorme descontentamento dos militantes políticos em relação ao Memorial da Liberdade, e sob vários pontos de vista: primeiro, com o nome, pois naquele lugar havia tido repressão e resistência, mas não liberdade; pela descaracterização do espaço prisional; e pela ausência de atividades educativas e culturais sistemáticas. De acordo com suas observações, o local havia se transformado em um “hotel”. Mas por outro lado, é importante registrar que a reforma concluída em 2002 também foi fruto de uma conjunção de fatores, dentre eles o estado de degradação do lugar<sup>20</sup>, o trabalho apenas de um escritório de arquitetura sem um projeto museológico (ao menos até hoje não temos conhecimento), e a não participação efetiva dos grupos de interesse.

Em relação ao segundo elemento – vontade política – acreditamos que havia interesse de fato, uma vez que os cidadãos que tinham voz ativa no Governo do Estado foram perseguidos durante a ditadura civil-militar. E conforme dito, o contexto sociopolítico era favorável.

Mas podemos afirmar que foi o terceiro elemento – o olhar museológico – que viabilizou o processo desde o início e possibilitou sua continuidade, sem desvirtuar seu objetivo, pois conforme Varine (2008, p.17) “Algumas vezes, o museu é reconhecido

---

<sup>19</sup> Entre os anos de 2006 e 2007, vários eventos foram realizados com o intuito de trazer ao debate a Justiça de Transição.

<sup>20</sup> Ao contrário de alguns lugares que foram utilizados como prisões políticas e fechados tão logo terminou o regime autoritário, o espaço prisional do antigo Deops/SP continuou a ser usado, basicamente como depósito. Fotografias dos anos 1995 e 1999 mostram a insalubridade do local, com o lixo acumulado e paredes esburacadas que evidenciam que já não havia possibilidades de abrir à população um local naquelas condições, e que o mesmo já não era aquele que faz parte das memórias dos que estiveram ali entre as décadas de 1960 e 1970.

por esses poderes como uma manifestação da reivindicação identitária ou da inclusão do cultural no desenvolvimento que é seguidamente considerado apenas econômico”.

Convidar um grupo de profissionais de diferentes disciplinas para conceber um projeto museológico para o Memorial da Liberdade, como fez a diretoria da Pinacoteca do Estado, pressupõe uma relação de compromisso com o lugar de memória muito mais amplo. Se fosse apenas para atender às reivindicações de militantes ou da indústria turística<sup>21</sup>, não seria necessário um projeto museológico, mas tão somente de uma exposição de longa duração e, para complementar, talvez uma ação educativa que tivesse como objetivo maior receber os visitantes. Já um olhar museológico comprometido é sempre prospectivo e projetivo. E é o compromisso assumido que colabora para que, mesmo com todos os percalços que possa passar a instituição (falta de verba, de equipe etc.) ela não perca o foco.

E foi ainda esse comprometimento que definiu que o conceito gerador seria a resistência, e que nesse lugar não somente seria dada a voz aos militantes (ex presos e perseguidos políticos), mas que também participariam do processo de implantação e continuariam a desenvolver atividades em parceria com essa nova Instituição. Assim, no dia 1º de maio de 2008, foi mudado o nome de Memorial da Liberdade para Memorial da Resistência e inaugurada a exposição “Direito à Memória e à Verdade. A ditadura no Brasil (1964-1985)”.

Em agosto deste ano, foi formada a equipe técnica e de consultores e dado encaminhamento aos trabalhos, por meio de reuniões sistemáticas e com as coletas de testemunhos<sup>22</sup>, necessárias para o entendimento da resistência, do cotidiano na prisão e do espaço carcerário<sup>23</sup>, e especialmente como forma de inserir os militantes no processo. Concomitantemente, outros profissionais foram sendo incorporados à dinâmica: funcionários da Pinacoteca do Estado (núcleos de expografia e montagem, obras, comunicação, acessibilidade – projeto de atendimento a público especial do núcleo de ação educativa etc.) e empresas terceirizadas (projeto audiovisual, de comunicação visual e de execução da maquete).

---

<sup>21</sup> Uma vez que o lugar encontra-se em importante polo cultural da cidade, e por isso sempre às voltas com projetos de revitalização.

<sup>22</sup> Em quatro sessões, com participantes de distintas organizações políticas e ocupações profissionais, sempre mediadas Ivan Seixas e Maurice Politi, representantes do Fórum de ex Presos.

<sup>23</sup> Além disso, o projeto expográfico tinha como premissa básica dar voz aos protagonistas da história – os resistentes.

E cabe destacar que a participação dos ex presos foi o diferencial para a concepção e execução da exposição, pois, a despeito de tudo o que pode significar ativar memórias de traumas ainda não tão distantes, a alegria de alguns momentos, a solidariedade e a esperança no futuro presentes nos seus testemunhos dos ex presos (e no seu entusiasmo com o projeto) foram facilitadores no que se refere à seleção e definição de alguns recursos expográficos e, com isso, o projeto inicial sofreu algumas adaptações e foi possível contar com o apoio destes cidadãos, parceiros de fato, que trabalharam em vários segmentos com a equipe e colaboraram empenhadamente para a resolução dos inúmeros desafios. Mas também foi um profundo exercício de negociação entre eles, que envolvia desde a memória à representação, uma vez que nem todos estiveram no mesmo período e evidente que cada espaço se transformou muito rapidamente à medida que a repressão aumentava. Além da exposição, atuaram em parceria no atendimento em visitas educativas, na realização de atividades culturais e na articulação com instâncias governamentais.

O projeto teve, comprovadamente, uma autoria compartilhada: todo recurso expográfico teve a participação da equipe, seja na ideia, no desafio, na proposta de solução e na concretização. E foram muitos os desafios: reinterpretar esse lugar de memória de forma a atrair diversos públicos (e de tal forma que eles quisessem voltar com a família e os amigos); conseguir selecionar e comunicar em um espaço tão pequeno e não construído para visitação; equilibrar recursos multimídias com textos parietais, informação com emoção; que as histórias contadas pelos ex-presos fossem um estímulo para a necessária resistência, ainda hoje, e não um obstáculo; e, no mesmo grau de importância, que não fosse mais uma experiência frustrada para aqueles que resistiram. Por isso, cada elemento foi pensado, discutido e realizado com o cuidado e o respeito que tem por merecimento iniciativas deste tipo.

(...) Ao abraçarmos a causa dos cidadãos militantes que queriam transformar o antigo Memorial da Liberdade em um espaço que falasse das arbitrariedades dos regimes autoritários, das lutas de resistência e, sobretudo, das fragilidades das democracias quando a memória é relegada a segundo plano, mantivemos o compromisso cívico e democrático do governador José Serra de revelar que esse prédio foi, sim, um centro de torturas e arbitrariedades. Acreditamos na importância de não deixar a história se apagar, e agora este lugar serve para lembrar às novas gerações que o Brasil retornou à democracia graças à luta de milhares de pessoas.

E o Memorial tem feito isso com propriedade. Mais que simples eventos, as atividades têm sido realizadas com a responsabilidade que se espera das instituições engajadas na defesa do direito à memória: olhar o passado, mas para melhor ver o presente e poder construir o

futuro com uma sociedade mais justa, livre e democrática, para que todos sejam respeitados em sua dignidade. (Sayad<sup>24</sup>, 2009,15)

Com vistas a apresentar a exposição de longa duração do Memorial da Resistência, faremos um breve descritivo: sediada em parte dos espaços da carceragem (2 salas de tamanho regular) e da prisão (4 celas, 1 corredor para banho de sol, 1 corredor principal e outro de acesso, 1 pequeno cômodo), está articulada em 4 módulos: O Edifício e suas memórias; Controle, Repressão e Resistência: o tempo político e a memória; A construção da memória: o cotidiano nas celas do Deops/SP; e Da carceragem ao Centro de Referência. Em virtude do pequeno espaço, foi necessário um enorme esforço na escolha dos recursos expográficos, pois deveriam conter as informações necessárias em equipamentos interativos (telas *touch screen*), em projeções e em textos de parede, mas na dimensão correta, sem criar espaços cenográficos que desviassem a atenção do visitante (há somente uma cela que foi parcialmente reconstituída conforme a memória dos ex presos). Os conteúdos (fotografias e documentos) foram pesquisados e coletados em diversos arquivos, mas especialmente no arquivo que pertenceu ao Deops/SP e que desde 1994 encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, aberto a qualquer instituição ou cidadão que dele necessite. Esta Instituição é uma das principais parceiras do Memorial da Resistência e tem cumprido papel de suma relevância para a sociedade.

Também faz parte da exposição a maquete do espaço carcerário e prisional construída com a colaboração dos ex presos políticos e uma edição das coletas de testemunhos, disponível aos visitantes por meio de fones de ouvido, além de livros e periódicos publicados ainda durante a ditadura, bem como estudos atuais.

A essência das premissas norteadoras na implantação do projeto museológico foi preservada no desenvolvimento institucional após a inauguração: a dinâmica de trabalho coletivo, multiprofissional e interdisciplinar, a participação do Núcleo de Preservação da Memória Política<sup>25</sup> do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo em diversos Programas, e de outros grupos que participam por meio das atividades culturais, bem como o seguimento das linhas de ação programáticas.

---

<sup>24</sup> João Sayad era o Secretário de Cultura na época.

<sup>25</sup> O Núcleo de Preservação da Memória Política, mais conhecido como Núcleo Memória, foi criado pelos representantes do Fórum de ex-Presos (Maurice Politi e Ivan Seixas) que atuaram como consultores logo após a inauguração do Memorial da Resistência.

“Entre as variáveis fundamentais que têm consolidado a experiência de concepção e implantação desse programa museológico, a atuação do Fórum merece atenção especial, pois essa presença é perceptível desde a decisão política já mencionada, passou por todas as etapas da configuração expográfica e de muitas ações educativas e culturais, e continua visível na dinâmica relativa ao desenvolvimento e à ampliação das linhas do programa museológico. Essa atuação transversal em relação às bases desse projeto, muitas vezes verticalizada em algumas ações, aporta aos trabalhos uma possibilidade rara às experimentações museológicas, ou seja: a convivência com os protagonistas das próprias esferas de musealização. Essa convivência, por sua vez, tem mostrado sistematicamente a relevância do diálogo com aqueles que construíram a “memória da resistência” desse “território profissional”, e tem destacado a potencialidade das ações museológicas em transformar as relações, muitas vezes dolorosas, desses protagonistas com os próprios espaços de dramas pretéritos” (Araujo et. al., 2009, p.61)

No que diz respeito ao desenvolvimento geral do Memorial, as linhas programáticas encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento: aquelas voltadas à pesquisa e salvaguarda (Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos e Centro de Referência) ainda estão em diferentes estágios de implantação; as voltadas à comunicação (Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural), estão em pleno funcionamento com diversos projetos cada uma e são as principais responsáveis pela visibilidade cada vez maior do Memorial, mas mesmo assim consideramos que ainda estão em vias de consolidação, pelo fato de haver muito a ser explorado. De qualquer forma, devemos destacar, sem falsa modéstia (uma vez que é resultado do empenhado trabalho coletivo), que o Memorial tem alcançado visibilidade extraordinária, sido reconhecida sua importância no conhecimento da Verdade e figura entre as instituições mais visitadas da cidade de São Paulo. E é nessa perspectiva processual que o Memorial vem se desenvolvendo e que poderá estar consolidado até 2013, conforme previsto no planejamento estratégico.

Para finalizar, reforçamos que a experiência na atuação frente ao Memorial da Resistência desde o início do processo de implantação (agosto de 2008), aliada à observação da instituição anterior<sup>26</sup>, possibilita, através do confronto, discutir sobre a necessidade de definição de projetos para os lugares de memória, a pertinência da musealização, a distinção entre exposição e instituição museológica<sup>27</sup> e, especialmente, a preservação como ato político e o museu como processo.

---

<sup>26</sup> Durante o período que antecede o fechamento para a readequação arquitetônica para a implantação da exposição de longa duração, bem como das pesquisas preliminares, conversas com ex-presos políticos e demais reflexões.

<sup>27</sup> Segundo Davallon, a exposição é apenas um dispositivo educacional, enquanto o museu, com sua função social, está comprometido com a produção do saber, a preservação dos objetos e a comunicação com o visitante (DAVALLON, p.45). Para Bruno, a exposição é um produto visível do processo de musealização (texto apresentado em conferência realizada no Museu de Arqueologia e Etnologia da

---

Universidade de São Paulo em 11 de abril de 1996, sobre a exposição “Formas de Humanidade”, inaugurada em 12 de dezembro de 1995).

## **Bibliografia:**

- Araujo, M. M. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – Agente da Utopia*. In BRUNO, M. C. O. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. (pp.103-141, Vol. 2). São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.
- ARAUJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (Coord.). *Memorial da Resistência de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2009. v. 1. 272 p.
- Bruno, M. C. O. (2000). *Museologia: a luta pela perseguição ao abandono*. Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Livre Docente. São Paulo.
- Bruno, C. (1996). *Museologia e comunicação*. Lisboa: UHLT. Cadernos de Sociomuseologia, n.9, p.10.
- Candau, J. (2011). *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto. Tradução Maria Letícia Ferreira.
- Davallon, Jean. *L'évolution du role des musées*. La Lettre de l'Ocim, n. 49.
- Guarnieri, W.R.C. (1990). *Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*. In BRUNO, M. C. O. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Vol.1, p.203-210.
- Stuart, D. (2001). *Plano Diretor*. Tradução de Maria Luiza P. Fernandes. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo; Fundação Vitae - (Museums & Galleries Commission - Série Museologia, 1).
- Guarnieri, W.R.C. (1983/1985). *Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial*. In BRUNO, M. C. O. (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Vol.1, p.147-159.

- Moutinho, M. C. (2007). *Definição evolutiva da Sociomuseologia - proposta para reflexão*. Lisboa/Setúbal: XIII Atelier Internacional do MINOM.
- Neves, K.R.F.N. (2012). *A Potencialidade dos Lugares da Memória sob uma Perspectiva Museológica Processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. (Dissertação de Mestrado)
- Neves, K. R. F. (2003). *Programas museológicos e museologia aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Cadernos de Sociomuseologia, n.21.
- Sayad, J. (2009). O Memorial da Resistência de São Paulo: uma conquista da luta pelos direitos humanos. In Araujo, M. M., Bruno, M. C. O. (Coord.), *Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado. p. 15.
- Varine-Bohan, H. (2010). Os princípios da Sociomuseologia a serviço da preservação da memória da resistência: uma reflexão sobre as metodologias aplicadas ao processo. In Araujo, M. M., Bruno, M. C. O. (Coord.). *Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado. pp.209-221.
- Varine-Bohan, H. (2008). *Museus e desenvolvimento local: um balanço crítico*. In Bruno, Maria Cristina Oliveira; Neves, Kátia Regina Felipini (Coord.). *Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas*. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, pp.11-20.